

CONCESSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO FLUMINENSE: UM ESTUDO DE CASO

Eduardo Lopes Pederneira ¹

RESUMO

Neste artigo pretendemos discutir como a financeirização e a articulação em rede das corporações do saneamento básico que adquiriram a concessão de saneamento básico do estado do Rio de Janeiro. A concessão realizada dividiu a cidade e o estado em quatro blocos de concessão. Essa configuração foi importante para viabilizar o leilão em cidades menores ou que necessitassem de mais investimentos, dessa forma cada concessionária teria um pedaço da capital, reduzindo riscos e ampliando a capacidade de gerar receita. A análise em rede das corporações dando destaque para os atores envolvidos é importante para que possamos compreender quem são as corporações envolvidas no saneamento fluminense e como podem se financiar e articular economicamente e politicamente. Por meio de análise de dados presente em informações fornecidas pelas empresas (Aegea, Iguá e Águas do Brasil), balanços financeiros e bibliografia que nos forneça ferramentas conceituais para melhor compreensão do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Saneamento básico, Redes, Corporações.

ABSTRACT

In this article we intend to discuss how financialization and network articulation of basic sanitation corporations that acquired the basic sanitation concession in the state of Rio de Janeiro. The concession divided the city and the state into four concession blocks. This configuration was important to make the auction viable in smaller cities or those that needed more investment, this way each concessionaire would have a piece of the capital, reducing risks and expanding the capacity to generate revenue. The network analysis of corporations, highlighting the actors involved, is important so that we can understand who the corporations involved in sanitation in Rio de Janeiro are and how they can finance and articulate themselves economically and politically. Through data analysis present in information provided by companies (Aegea, Iguá and Águas do Brasil), financial statements and bibliography that provides us with conceptual tools to better understand the phenomenon studied.

Keywords: Basic sanitation, Networks, Corporations.

INTRODUÇÃO

A água é um bem essencial para a nossa existência, desempenhando papéis vitais em diversas esferas da sociedade. Seu uso abrange desde a hidratação básica, fundamental para nossa sobrevivência, até instrumentos da economia, como geração de energia, navegação, irrigação agrícola, sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto em centros urbanos, produção de alimentos processados, indústria têxtil e resfriamento industrial. A água torna-se

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, eduardolpederneira@gmail.com

um elemento econômico, integrando-se a uma infraestrutura bem estruturada e consolidada, atraindo investimentos e políticas públicas.

Neste trabalho, com resultados preliminares, pretendemos analisar o processo de concessão de distribuição e coleta de esgoto no Rio de Janeiro, ocorrido entre 2021 e 2022. Através desse estudo de caso, buscamos compreender como tais concessões se efetivam, envolvendo grandes redes corporativas focadas em retornos financeiros provenientes da distribuição de água e coleta de esgoto. O lucro, neste caso, decorre do controle das redes de distribuição de água tratada e coleta de esgoto. No caso do Rio de Janeiro, a captação e o tratamento da água permanecem sob responsabilidade do estado fluminense, pela CEDAE, sendo a água distribuída até as residências pelas concessionárias.

Devido aos elevados investimentos necessários para implantar essa infraestrutura, a concessão realizada pela gestão fluminense buscou mitigar riscos aos investidores e garantir o interesse do Estado em conceder áreas menos rentáveis. Seguindo um modelo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a concessão dividiu a cidade do Rio de Janeiro em quatro partes, permitindo que cada bloco de concessão abrangesse uma parte da capital. Dessa forma, a cidade financiaria áreas mais carentes, seja no interior ou na região metropolitana.

Apesar da água ser um bem inquestionável para a humanidade, a situação do saneamento básico no Brasil é preocupante. Defender a permanência de empresas públicas de saneamento básico ou não criticá-las é apoiar a perpetuação de uma situação clara: a frágil distribuição de água limpa e o deficiente tratamento de esgotos, problemas que impactam negativamente o meio ambiente e a saúde pública. Entretanto tão pouco privatizar ou conceder esses serviços são a solução mágica para o problema. Neste trabalho, focaremos na concessão dos serviços no estado do Rio de Janeiro e em alguns aspectos específicos dessa concessão: 1) Compreender como o conceito de rede pode nos auxiliar a entender o caso estudado; 2) Identificar as corporações vencedoras dos leilões e analisar suas estruturas e formas de financiamento. Dessa forma podemos analisar como o caminho pela atração de investidores privados pode ser positiva ou não para a situação do saneamento.

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

O crescimento de investimentos em infraestruturas e políticas de bem estar social no pós segunda guerra mundial se caracterizam pela fase Keynesiana do capitalismo nos países centrais. Após as sucessivas crises do petróleo na década de 1970, o aumento das taxas de juros

para conter o processo inflacionário estadunidense e a queda da lucratividade e produtividade pós 1966², fomentou uma desconfiança quanto ao dólar como moeda reserva.

A situação econômica a partir dos anos 1980 se inverte radicalmente, com a disciplina fiscal, contenção de gastos, flexibilização financeira e privatização de ativos, sendo as bases dos novos projetos de desenvolvimento econômico. Esse período denominado de neoliberalismo terá no presidente americano Ronald Reagan e na primeira ministra britânica Margareth Thatcher os principais defensores dessas medidas. Segundo Marichal (2016), essas seriam algumas das marcas do período que se iniciava:

Três foram os fatores chave da nova revolução financeira: a desregulamentação dos mercados, incluindo bancos, bolsas e sistemas monetários nacionais; o aumento das transações internacionais de capitais; e a inovação em uma multiplicidade de instrumentos de inversão, de seguros e de especulação. (MARICHAL, 2016, p. 190)

A partir da década de 1970, nos países centrais mais marcadamente, se inicia um novo processo com novos agentes e mercados para a circulação dos capitais. Fundos de investimentos, fundos soberanos, fundos de pensão, crescimento das bolsas de valores, uma série de mecanismos de fomento ao mercado de capitais e de novos ativos financeiros, como os de infraestrutura e imobiliário. As lógicas financeiras são deslocadas do âmbito institucional para a vida das pessoas, como privatização da aposentadoria, energia, mobilidade, saúde e saneamento básico.

No caso brasileiro, periferia do sistema capitalista, o período neoliberal irá chegar com força a partir dos anos 1990 quando os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso irão liderar grandes projetos de abertura às mercadorias importadas, privatização e reformas econômicas, como as implementadas a partir do plano Real. No caso do Saneamento básico, desde a redemocratização, é possível notar o crescimento de concessões, privatizações e Parcerias Público-Privadas dentro do setor.

CORPORAÇÕES EM REDE

O saneamento básico brasileiro tem sido alvo de diversas políticas públicas ao longo de muitos anos. As medidas propostas para a área, em alguns momentos, são mais pró-empresas públicas e investimentos estatais, enquanto em outros momentos estão mais voltadas para investimentos privados. Essa atenção é principalmente devida aos baixos níveis de cobertura

² Acontecimentos que podem ser analisado em Harvey em “A condição pós-moderna” (2010).

de saneamento básico. Notadamente desigual no Brasil, esse serviço deixa de atender uma grande parte das periferias urbanas em várias localidades, impactando fortemente a saúde pública, o meio ambiente e a dignidade humana, muitas vezes privando as pessoas do lazer em seus espaços de convivência.

A concessão dos serviços de saneamento básico nos despertou interesse sobre como se encontra o setor de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro e quais empresas venceram os leilões realizados. É de conhecimento que as empresas vencedoras não atuam apenas no estado do Rio de Janeiro. Elas são empresas nacionais, podendo ter sócios estrangeiros, e possuem redes de atuação e financiamento abrangentes.

Neste artigo, pretendemos apresentar as três empresas vencedoras dos leilões no estado do Rio de Janeiro: Aegea, Iguá e Águas do Brasil. Cada uma conquistou a possibilidade de administrar os serviços de água e esgoto de parte da cidade e do estado do Rio de Janeiro por 25 anos. Antes, quando todo o serviço era realizado pela companhia Cedae, o estado fluminense controlava 95% da empresa. Atualmente, com a configuração atual, cada um dos grupos vencedores possui seu controle pulverizado. Essa configuração nos faz enxergar as redes criadas a partir de três diferentes grupos, sendo cada um administrado por grupos distintos.

O conceito de rede aqui utilizado será fundamental para a compreensão das articulações criadas e não menos importante para o entendimento das escalas de atuação. Segundo Peter Dicken, as redes não são vistas como estruturas de organização, mas sim como “processos relacionais”:

Nossa visão, portanto, é que as relações de rede devem ser entendidas como sendo ao mesmo tempo estruturais e relacionais. As redes são estruturais no sentido de que a composição e inter-relação de várias redes constituem relações de poder estruturais, e são relacionais porque são constituídas pelas interações de atores sociais com diferentes níveis de poder. Essas relações podem assumir a forma de regras, convenções, valores, regulamentações, etc. (Storper e Salais 1997; Yeung 1998b). (DICKEN, 2001, p. 94)

Este ponto é importante pois investimentos em infraestrutura trabalham com perspectivas e dados mais amplos, considera-se o longo prazo e as potencialidades das áreas de investimentos. Torrance (2009) aponta para este aspecto no seguinte trecho:

Enquanto os investidores têm muitas décadas de experiência em investir em empresas estrangeiras e imobiliárias, os recursos da infraestrutura aproveitam informações locais mais complexas e detalhadas sobre o quadro econômico político de longo prazo, o quadro regulamentar legal e a previsão detalhada de patrocínio para o trânsito rodoviário e aeroportuário que depende. (...) O valor de uma estrada de pedágio não depende apenas das perspectivas macroeconômicas para a região, mas é influenciado pelo desenvolvimento social, físico e político da paisagem urbana maior, com a maior parte dessa informação prevista de 30 a 40 anos para o futuro. (TORRANCE, 2009, p. 76)

A obtenção de informações e potencialidades são fundamentais para a aplicação de investimentos por parte dos atores privados. Para os investidores estrangeiros a contratação de agentes que auxiliem na alocação de investimentos é fundamental auxiliando na compreensão da institucionalidade local, potencialidades locais, características da sociedade local e perfil dos ativos leiloados. No trecho a seguir a autora aponta para essas perspectivas que nos ajudam a compreender a articulação em rede proposta por Dicken:

O investimento em infraestrutura também pode ser definido como investimento relacional. Os investidores institucionais gastam muito tempo e energia a adquirir a informação necessária para fazer um investimento em um bem de infraestrutura através de uma ampla diligência em investimentos e em parceria com especialistas locais, como operadores, bancos de investimento, contratados e advogados, que possuem especificidades Informação local que é necessária para se sentir confortável com as métricas de investimento e gerenciamento de um investimento de longo prazo. (TORRANCE, 2009, p. 80)

Dickens se preocupa justamente com o poder que é exercido nas e pelas redes. A capacidade de obter informações, gerar possibilidades de lucratividade e atender a pontos que favoreçam a posição dos investidores nos processos de privatização. O poder dos atores dentro das redes parece ser um aspecto importante para o autor. Não somente dentro das redes, mas também o poder exercido por meio das redes estruturadas, como notamos no seguinte trecho:

Portanto, em uma economia global constituída por redes de fluxos (Castells 1996; Yeung 1998b), é importante nos concentrarmos no exercício do poder por atores em redes, em vez de apenas na inserção do poder nessas redes. Sugerimos que a tarefa de uma metodologia de rede para compreender a economia global deve ser identificar os atores nessas redes, seu poder e capacidades, e as maneiras pelas quais exercem seu poder por meio da associação com redes de relacionamentos (veja um exemplo de redes corporativas transnacionais em Pritchard 2000; Yeung 2000b). (DICKEN, 2001, p. 93)

O aumento das companhias privadas de saneamento aponta para um crescente poder de negociação e influência. O crescimento das receitas e dos clientes atendidos permite a essas companhias terem uma capacidade cada vez maior de articular seus objetivos a partir de suas concessões. Quanto mais robusta e lucrativa se torna a empresa, mais formas de financiamento e geração de receitas alternativas ela encontra. A venda de ações, emissão de debêntures e securitizações são alguns exemplos de mecanismos financeiros que podem ser postos em prática. As redes, segundo Dicken, não podem estar separadas da organização e do funcionamento das instituições do país. O modo como as instituições funcionam impacta na atuação e na estruturação das redes.

O setor estudado é estruturado em diversas escalas. No caso fluminense, podemos observar a atuação do governo federal na elaboração de políticas públicas para a área, do governo estadual, esfera que articula e realiza o leilão de concessão e é o administrador da



Cedae e do nível municipal, escala fundamental, já que o serviço de saneamento básico é de responsabilidade municipal. No caso do Rio de Janeiro, foi necessária uma articulação entre a empresa Cedae, o governo estadual e os governos municipais para encerrar os contratos vigentes com a empresa fluminense e realizar as concessões nos moldes em que ocorreram, dividindo o estado em várias regiões, incluindo parte da cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, existe um novo nível escalar, os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Por último, temos a escala das empresas vencedoras. As companhias estudadas possuem enorme capacidade de articulação nacional, local e até mesmo internacional.

Como forma de uma maior inserção no caso estudado, pretendemos iniciar este capítulo pela empresa Aegea. Essa escolha parte da constatação de que, entre as vencedoras, é a maior e mais robusta. Sua atuação nacional e a presença de sócios internacionais em seu corpo acionário fazem da empresa um exemplo para o que pretendemos apresentar. Partiremos de um perfil, uma radiografia da empresa por meio de material fornecido pelas concessionárias e investidores acionistas, balanços financeiros e bibliografia que nos ajude conceitualmente e teoricamente e, para chegarmos à sua gestão no saneamento básico fluminense. Como ela se articula geograficamente, politicamente e financeiramente.

AEGEA

O uso do conceito de rede, conforme compreendido por Dickens, é importante nesta pesquisa, pois permite analisar como os atores-rede (DICKENS, 2021) conseguem atuar a distâncias geográficas consideráveis. Ou seja, como os atores conseguem, mesmo à distância, acionar os mecanismos necessários para atingir seus objetivos e gerir seus negócios. As concessões de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro são um bom exemplo de como as corporações podem usar as redes de informação e infraestrutura para estruturar modelos de gestão vencedores em leilões (Torrance, 2009, também fornece ótimas ideias para melhor compreensão). Se, por um lado, a comunicação favorável às concessões foi essencial para a viabilidade e aceitação pela sociedade, a capacidade de financiamento e robustez das empresas pretendentes foi primordial para alcançar a vitória nos leilões. Uma empresa que ilustra o que estamos debatendo é a companhia Aegea.

A empresa é uma associação entre grandes investidores nacionais e estrangeiros, reunindo Equipav, Itaúsa e GIC, que é o fundo soberano de investimentos de Singapura. A Equipav é uma antiga plataforma de investimentos com foco em infraestrutura. Entre os vários setores de investimentos pela empresa, estão os de rodovia, construção, açúcar e álcool,

mineração e gestão de resíduos. Segundo informações contidas no site da empresa, o controle da companhia se dá pela sociedade de duas famílias do interior de São Paulo.

Outro investidor da companhia é a Itaúsa, holding que administra corporações como Itaú, XP Investimentos, CCR, Copa Energia, Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e muitas outras. A Itaúsa se configura como o grande investidor nacional, com capacidade de financiamento e geração de capital extremamente elevado. O Banco Itaú é o maior banco privado do país, e a companhia XP Investimentos é um dos maiores grupos de investimento do país com abertura de capital na bolsa norte-americana.

Por fim, o GIC, o fundo soberano de Singapura, é um investidor global de longo prazo, ou seja, seus objetivos estão em valorização ao longo do tempo, não preocupados com retornos imediatos. Segundo a própria instituição em seu site, o fundo é um dos três que têm como objetivo gerar reservas para o país citado. Segundo a instituição, essas reservas são importantes porque:

As reservas são um recurso crítico para o futuro de Cingapura. Primeiro, eles são um amortecedor valioso para recessões inevitáveis. Em segundo lugar, um balanço nacional forte promove a confiança do investidor, aumentando a resiliência do dólar de Cingapura. Em terceiro lugar, o rendimento do investimento das reservas.³

A Contribuição de Retorno do Investimento Líquido em 2022, segundo a companhia, chegou a 21,56 bilhões de dólares, permitindo investimentos em outros setores dentro do país. O "Policy Portfolio" é composto por seis classes de ativos: Ações de Mercados Desenvolvidos, Ações de Mercados Emergentes, Títulos Nominais e Caixa, Títulos Indexados à Inflação, Capital Privado (Private Equity) e Imóveis. O foco é de longo prazo, e pode-se observar a busca por investimentos bastante diversificados. O fundo possui investimentos em grandes companhias globais, como o grupo UBS Group AG, uma das maiores instituições financeiras do mundo, com sede na Suíça. No setor imobiliário, o fundo adquiriu o Stuyvesant Town-Peter Cooper Village, um grande complexo de apartamentos residenciais localizado no bairro de Manhattan, em Nova York. Entre os investimentos em empresas de tecnologia do fundo estão o Grab Holdings, uma plataforma de transporte e tecnologia com sede em Cingapura. O aplicativo oferece serviços de transporte, entrega de alimentos e pagamentos digitais. Além disso, o fundo investe na ByteDance, empresa dona do TikTok, e no aplicativo de hospedagem Airbnb. Quanto ao setor de infraestrutura, o fundo detém, além da participação na Aegea, o controle do aeroporto de Nova Delhi, na Índia.

³ Trecho obtido no site do fundo soberano. Tradução do próprio autor.



Após uma breve apresentação dos investidores por trás da empresa Aegea, podemos fazer uma rápida radiografia da companhia. Segundo informações disponíveis em seu site, a empresa é a maior companhia privada do setor de saneamento do país, atuando no gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões comuns plenas ou parciais, subconcessões e parcerias público-privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo o processo do ciclo integral da água – abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, de acordo com o perfil e necessidade de cada município. A empresa está presente em 178 municípios e 13 estados, atuando desde 2010. Segundo a empresa, “(...) atualmente detém 53,2% do market share do setor, com aproximadamente 26 milhões de pessoas atendidas.” Nos gráficos fornecidos pela empresa abaixo, é possível observar o avanço da companhia em tão pouco tempo, com destaque para 2021 quando a companhia conquista a concessão no Rio de Janeiro.

Gráfico contendo o avanço da companhia Aegea entre 2013 e 2022

Municípios Atendidos



População Atendida (milhões)



Fonte: Site da empresa Aegea

Os investimentos da companhia possuem como perfil o longo prazo, com contratos de 29 anos em média, de duração. Segundo a empresa os investimentos da companhia seguem características como:

(...) (i) a demanda é relativamente inelástica; (ii) as tarifas são reajustadas anualmente por meio de índices inflacionários; (iii) os contratos de concessão têm cláusulas de reequilíbrio



econômico para eventos não previstos à época de licitação, resultando em fluxos de caixa previsíveis. Mitigamos o risco através da diversificação geográfica e regulatória (...)⁴

Uma outra característica dos investimentos da empresa está em adquirir concessões que possuam capacidade de crescimento, ou seja, expansão da rede de cobertura de água e esgoto. Quanto ao financiamento de seus investimentos a companhia apresenta em seu site consciência de que por serem investimentos essenciais teria maior acesso a financiamento de longo prazo em “(...) bancos públicos brasileiros, agências multilaterais nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento e mercado de capitais – através da emissão de títulos de dívida tanto no mercado local como internacional.” Além da possibilidade de obter financiamento seguro, como o próprio BNDES disponibilizou na época das concessões, a empresa possui três grandes (Equipav, Itaúsa e GIC) investidores com elevados investimentos e experiência em outros setores de infraestrutura.

IGUÁ

A segunda empresa discutida é a Iguá, companhia criada em 2017 e que por meio de 15 concessões e três parcerias público-privadas (PPPs) está em 39 municípios pelo país. A política de ampliação das receitas por meio das concessões se estrutura da seguinte forma:

(i) aceleração das atividades de instalação de redes de coleta de esgoto e iniciativas para a redução de perdas na distribuição de água; e (ii) incremento de nossa eficiência operacional; e (iii) aumento de oferta de serviços aos nossos clientes, correlatos aos de abastecimento de água e coleta de esgoto.⁵

A empresa afirma acreditar que, por meio da ampliação da cobertura de esgotos, é possível aumentar as receitas, dado que a coleta de esgotos ainda é bastante incipiente pelo país. Atualmente, a estrutura acionária da empresa conta com a presença de fundos de investimentos como Fip Iguá, Fip Mayim, CPP Investments, AIMCO Ltda e o BNDESPar. Tanto na Aegea quanto na Iguá, é possível notar estruturas financeiras robustas e com viés de longo prazo. São grupos ou mecanismos de investimentos que buscam a diversificação de rentabilidade, visando o longo prazo e possíveis lucros por meio da alienação do ativo.

A capilaridade acionária e o perfil dos investidores mostram uma preocupação com a rentabilidade e eficiência dos gastos, considerando a necessidade de geração de retorno ao investidor. Fundos de investimento em participação e fundos de pensão, como o estrangeiro

⁴ Trecho obtido no site da empresa Aegea.

⁵ Trecho obtido no site da empresa Iguá.

apresentado acima (CPP Investments), costumam recolher cotas de investimentos de investidores, garantindo rentabilidade, alinhando-se ao perfil do ativo, que consiste em disponibilizar água e coletar e tratar esgoto. Os Fips citados são controlados pela IG4 Capital, um grupo focado em Private Equity. Segundo informações coletadas no próprio site da empresa, “A IG4 administra quase US\$ 1,2 bilhão para investidores institucionais, incluindo os principais fundos de pensões públicos e corporativos internacionais, fundos filantrópicos, fundações, fundos de fundos e multi-family offices.” Além disso, a IG4 acredita que sua atuação é capaz de mudar o capitalismo e é “apaixonada por transformar empresas e criar valor nos mercados emergentes para melhorar seus padrões ESG, com o objetivo de ser um catalisador no estabelecimento de uma forma mais sustentável de capitalismo.” Ou seja, a maximização dos lucros e o discurso ambientalista são ilustrados a partir dos investimentos em saneamento básico.

ÁGUAS DO BRASIL

Em seu site, a companhia é definida como uma holding de concessionárias de saneamento básico, e sua estrutura é de capital fechado. Das três empresas apresentadas neste trabalho, é a companhia com presença mais reduzida pelo país, tendo maior expressão em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No caso fluminense, a empresa já possui concessões desde a década de 1990, quando angariou importantes serviços em cidades expressivas, como Niterói e Petrópolis. O bloco adquirido pela companhia, além de bairros da zona oeste, agrega outros 18 municípios do estado.

O processo de aquisição deste bloco foi um pouco diferente dos outros, já que inicialmente não houve interessados, sendo necessário um segundo leilão posteriormente. Essa região tem uma característica que se distingue das outras por alguns motivos, mas dois precisam ser destacados: 1) a presença de grupos paramilitares em bairros como Campo Grande e Santa Cruz; 2) a concessão da coleta de esgotos da área de planejamento 5, da cidade do Rio de Janeiro, AP-5. Essas características afugentaram alguns interessados, principalmente o segundo ponto listado. A empresa que administra a AP-5 é a mesma que veio a ganhar o leilão do bloco 3, a Águas do Brasil. Por já ter experiência de gestão na região e por não ter tido concorrência no leilão, os recursos adquiridos pelo estado do Rio de Janeiro foram bem inferiores aos obtidos nos outros leilões. A inexistência de concorrência pelo bloco tem forte relação com a concessão já existente na área de planejamento citada; a sobreposição de concessionárias, contratos e prazos poderiam ser motivos de conflitos de interesses entre as concessionárias.

As empresas apresentadas neste trabalho têm como objetivo destacar a amplitude geográfica dessas corporações. A presença nacional e a capacidade de obter receitas por meio de instrumentos financeiros para financiamento demonstram a força que possuem. A estrutura em rede do sistema de saneamento fica mais compreensível a partir da exposição dos atores que estão presentes. As estruturas acionárias mostram uma articulação entre atores nacionais e internacionais, investidores privados e fundos soberanos, evidenciando a busca por rentabilidade nos negócios. As estruturas das empresas indicam a presença de instituições e mecanismos de investimento que buscam rentabilidade de longo prazo ou a valorização dos ativos para posterior venda. Com exceção da Águas do Brasil, que parece ter sido criada como uma empresa do setor de saneamento, as outras duas são sociedades de empresas financeiras e investidores, realçando um perfil rentista para essas concessões de águas.

A REDE DE SANEAMENTO FLUMINENSE

As articulações entre as três grandes concessionárias envolvem uma série de investidores de grande porte, muitos com capital estrangeiro e geridos por governos soberanos. Além da rede de investidores privados, a presença do gestor público fluminense e o BNDES, instituição que é financiadora de projetos de saneamento e ao mesmo tempo acionista de uma das concessionárias por meio de seu braço de parcerias, o BNDESPar, cria um emaranhado de objetivos e mecanismos de financiamento e metas a serem alcançadas.

O governo fluminense, órgão que modela e concede seus serviços de saneamento precisa lidar com interesses de corporações que não estão interessadas apenas em prestar um bom serviço, mas também preocupadas com o retorno ao investidor. A financeirização, muito debatido em trabalhos como de O'Neill (2013), Clark (1998) e Prike (2010), se realiza a partir do momento que se criam meios de se privar, regular e limitar o uso a uma determinada infraestrutura.

Embora a Cedae fosse uma empresa que precisasse atingir objetivos financeiros, ela tem como acionista majoritário o governo fluminense, além de ser uma empresa sem capital aberto na bolsa de valores. Os acionistas destas corporações são instituições financeiras ou investidores de longo prazo, o foco é a rentabilidade. Para O'Neill (2013), os ativos de infraestrutura urbana não são apenas locais de circulação ou de fluxos de itens, passam a ser os pontos de fluxos do próprio capital:



Assim, aeroportos, auto-estradas, telecomunicações, redes elétricas e abastecimento de água não são mais apenas as passagens de uma cidade para o fluxo de pessoas, objetos e energia. Eles se tornaram vias arteriais na circulação de finanças e, por sua vez, alavancam ativos em uma competição territorial pelo acesso ao capital financeiro globalmente móvel à medida que regiões e suas frações de capital constroem soluções sócioespaciais e temporais (segundo Harvey, 1985, 2003). Dito de outra forma, os itens de infraestrutura urbana privatizada tornaram-se os meios para a captura e (re) distribuição de valores excedentes gerados em outros lugares, enquanto competem por gastos de consumo nos mesmos mercados urbanos onde se espera garantir a eficiência dos fluxos diários e conexões de uma cidade e o crescimento territorial a longo prazo dos mercados de suas empresas domésticas.²⁵ (O'NEILL, 2013, p. 451)

Assim como os fundos de pensão estatais como Previ, Funcef e Petros organizaram uma empresa chamada Invepar para administrar infraestruturas pelo Brasil e alguns países do mundo, outros investidores de longo prazo se articulam para obter ativos seguros, reajustáveis por algum indicador e contratos de longo prazo. É interessante lembrar da Invepar, pois a empresa é gestora de várias infraestruturas de mobilidade do Rio de Janeiro, como Linha Amarela, Metrô, BRT Transolímpico, VLT e a rodovia Rio-Teresópolis. Mudando de infraestrutura e tipo de investidor, dessa vez não mais um ligado a empresas públicas como os fundos de pensão anteriormente citados, o Rio de Janeiro tem suas infraestruturas leiloadas atendendo a necessidade pública e as busca por rendimentos de investidores privados.

CONCLUSÃO

O crescimento das empresas de saneamento básico pelo país é um processo constante anterior ao marco legal de 2021. Entretanto, as mudanças legislativas pode trazer um impulso maior a esse processo. A privatização de grandes companhias via processo de abertura de capital nas bolsas de valores colabora para essa situação. A paulista Sabesp, que já possui capital aberto até mesmo na bolsa de Nova Iorque, caminha para ter sua estrutura acionária diluída pelo governo do estado de São Paulo. Essa situação pode fazer da companhia a maior empresa privada de saneamento do país. Por ser um processo via compra de ações, outras corporações, como as que possuem a gestão do saneamento do estado do Rio de Janeiro, caso da Aegea, podem fazer desta empresa até maior que a Sabesp, já que terá controle dos serviços no Rio de Janeiro e São Paulo, via Sabesp, dois dos 3 estados mais populosos do país.

A possibilidade de controle de serviços por todo o país pode fazer dessas grandes corporações atores influentes no avanço da infraestrutura de saneamento pelo país, tendo o controle de infraestruturas monopolísticas por vários estados e regiões do país. O discurso antiestatal que defende a maior eficiência privada e menores custos de operação dos sistemas esconde a busca por uma maior aquisição dessas infraestruturas pelo Brasil.



No caso fluminense, é necessário um eficiente controle e fiscalização das gestões privadas, visando à efetivação dos termos previstos em contrato e a manutenção dos preços estabelecidos. Em caso de efetivação das metas estabelecidas, o estado do Rio de Janeiro terá dado um importante avanço na universalização deste bem tão essencial para a saúde pública e democratização da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLARK, Gordon L. Pension fund capitalism: a causal analysis. *Geografiska annaler*, 80:3, p. 139–157, 1998.

DICKENS, Peter; KELLY, Philip F; OLDS, Kris; WAI-CHUNG YEUNG, Henry. Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy. *Global Networks* 1, 2 (2001) 89–112.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2010.

MARICHAL, Carlos. *Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008*. Tradutor Eduardo Lessa. Rio de Janeiro, FGV editora, 2016.

O'NEILL, Phillip M. The financialisation of infrastructure: the role of categorisation and property relations. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 6:3, p. 441–454, 2013.

PIKE, Andy. POLLARD, Jane. *Economic Geographies of Financialization*, 86:1, p. 29-51, 2010.

TORRANCE, Morag. *The Rise of a Global Infrastructure Market through Relational Investing*. Clark University, 85:1, p. 75-97, 2009